

# As raízes culturais das Américas Inglesa e Hispânica

Marcello Felipe Duarte\*

## Introdução

Em seu livro *Raízes do Brasil*, hoje um clássico consagrado da nossa historiografia, Sérgio Buarque de Holanda nos chama a atenção para o fato de que a Europa, por intermédio da Espanha, de Portugal e da Inglaterra, constituiu-se como um território-ponte na comunicação com os outros mundos (Holanda, 1995, p. 3). Nesse sentido, pode-se considerar a América como a desembocadura natural das tradições culturais europeias, que, rearticuladas com novos elementos endógenos e outros exógenos, respectivamente, ameríndios e africanos, foram capazes de produzir uma cultura bastante heterogênea no Novo Mundo, muito embora seja possível admitir que esse *européismo* tenha fincado raízes mais profundas.

É possível identificar, para o caso específico da América, que essa herança europeia se originou de duas matrizes culturais hegemônicas: a ibérica e a anglo-saxônica. Ambas contribuíram de forma preeminentemente para a constituição de dois modelos de sociabilidade distintos, de dois universos mentais diversos, que, nas palavras de Morse, podem ser vistos, por uma perspectiva metafórica, como um espelho que produz uma imagem invertida, como um anverso e um reverso: a América Inglesa e a América Espanhola (Morse, 1988, p. 13).

Interessante notar que o referido autor deixa clara sua escolha pelo iberismo, ao lembrar que o termo América Latina, elaborado pela França de Napoleão III, não seria muito apropriado, uma vez que trazia consigo, quando foi criado, uma suposta unidade cultural, linguística e racial dos povos latinos. Além disso, a tradição latina compreende outras heranças – como, por exemplo, a francesa –, que devem ser diferenciadas (idem, p. 14).

Tendo por base a perspectiva de estabelecer uma melhor compreensão sobre esses dois mundos americanos a partir de uma relação dialética, pretende-se levar a cabo uma discussão teórica que tenha como objetivo uma análise entre essas duas civilizações, ibero-americana e a anglo-americana, com identidades próprias, sobretudo a partir de suas matrizes culturais europeias.

## A matriz cultural da América Inglesa

Alexis de Tocqueville, que se notabilizou por sua mais célebre obra *A democracia na América*, resultado de suas viagens aos Estados Unidos da América no século XIX, ficou impactado pela democracia norte-americana preconizada, sobretudo, na recém-criada Constituição de 1791. Não por acaso, sua obra atribuiu primazia ao referido conceito. Para o pensador francês, a ordem democrática estaduni-

---

\* Graduado e licenciado em história (UERJ), especializado em história do Brasil (UFF) e em história da arte sacra (Faculdade São Bento do Rio de Janeiro), mestre em história política (UERJ) e doutor em história pela UERJ. Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

dense caracterizava-se pela igualdade entre os indivíduos, resultado, particularmente, da inexistência de diferenças hereditárias:

Os emigrantes que vieram fixar-se na América no início do século XVII separaram de certa forma o princípio da democracia de todos aqueles contra os quais este lutava no seio das velhas sociedades da Europa e transplantaram-no sozinho nas terras do Novo Mundo. Ali, ele pôde crescer em liberdade e, caminhando com os costumes, desenvolver-se sossegadamente nas leis (Tocqueville, 2005, p. 19).

Como decorrência natural da ausência de diferenças de condições entre os indivíduos, estaria a formação de uma sociedade cuja soberania emanasse do pacto político *entre iguais*. Dessa forma, o conjunto de indivíduos que compõem o corpo social seria soberano, uma vez que a participação de todos na escolha dos seus governantes decorreria de uma expressão lógica de uma sociedade democrática:

Assim, pois, à medida que eu estudava a sociedade americana, via cada vez mais, na igualdade das condições, o fato gerador de que cada fato particular parecia decorrer e deparava incessantemente com ele como um ponto central a que todas as minhas observações confluíam (idem, p. 7).

Percebe-se nitidamente a primazia dada à igualdade das condições como elemento propulsor de um regime democrático. É possível considerar que essa igualdade só se concretiza na prática política da América Inglesa em razão de outro princípio muito caro à sociedade norte-americana: o *individualismo*.

Tanto o princípio do *individualismo* anglo-americano quanto o princípio *organicista* ibero-americano têm suas origens a partir das escolhas que a Inglaterra e a Espanha fizeram em relação às diversas implicações oriundas da Revolução Científica e da

Reforma Religiosa, que marcaram a Idade Moderna. Pode-se dizer que, se, por um lado, a Espanha, que se manteve na retaguarda, passou quase incólume pelas vagas procelosas da modernidade, devido tanto ao catolicismo, que fincou raízes muito profundas, como também pela adoção de um tomismo renovado; por outro lado, a Inglaterra acabou sendo arrasada por suas fortes correntezas, sobretudo devido à força da síntese teológica protestante (Morse, 1988, p. 53-66).

A escolha política inglesa ocorreu na segunda metade do século XVII, sendo orientada, inicialmente, pela nova tradição protestante, ao destacar a questão da individualidade, até se consolidar com as matrizes teóricas hobbesiana e lockeana, que propuseram as questões da ordem e da liberdade, respectivamente.

O cristianismo, desde seus primórdios, apontava para a renúncia que o cristão deveria fazer em relação ao mundo, demarcando, desde o início, sua individualidade. Os primeiros cristãos conceberam suas ações em relação às demandas do mundo, a partir da perspectiva do *indivíduo-em-relação-com-Deus*, o que pressupunha uma postura essencialmente fora do mundo. Essa relação, no entanto, sempre foi ambivalente, pois o mundo era para o cristão ao mesmo tempo um obstáculo e uma condição para sua salvação. A vida no mundo seria relativizada a partir de sua relação/união com Deus:

Quando Jesus Cristo ensina que se dê a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, a simetria só é aparente, pois é em função de Deus que devemos dobrar-nos às legítimas pretensões de César. A distância assim criada é num sentido maior do que as pretensões de César fossem simplesmente rechaçadas. A ordem mundana é relativizada, na medida em que se subordina aos valores absolutos. Temos aí uma dicotomia ordenada. O individualismo extramundano engloba reconhecimento e obediência quanto às potências deste mundo.

Se eu desenhasse uma figura, esta representaria dois círculos concêntricos, representando o maior o individualismo-em-relação-com-Deus e o menor a aceitação das necessidades, deveres e obediências no mundo, ou seja, a inserção numa sociedade pagã, depois cristã, que nunca deixou de ser holista (Dumont, 1985, p. 44).

Dessa ambivalência inicial, marcada pela dicotomia do *indivíduo-fora-do-mundo* que vive necessariamente no mundo, o cristianismo alcançará uma nova e definitiva configuração em que o indivíduo cristão extramundano estará mais intensamente implicado no mundo. Será com Calvino que ocorrerá o momento final do processo de transformação do *indivíduo-fora-do-mundo* para o *indivíduo-no-mundo*:

Com Calvino, a dicotomia hierárquica que caracterizava o nosso campo de estudo chega ao fim: o elemento mundano antagônico, ao qual o individualismo devia até então reservar um lugar, desaparece inteiramente na teocracia calvinista. O campo está completamente unificado. O indivíduo está agora no mundo, e o valor individualista reina sem restrições nem limitações. Temos diante de nós o indivíduo-no-mundo (idem, p. 63).

Calvino não possuía um espírito contemplativo, uma vez que seu pensamento está direcionado para a ação no mundo. Sua doutrina compreende Deus como o “arquétipo da vontade, no qual pode ver-se a afirmação indireta do próprio homem como vontade e, para além, a afirmação mais forte do indivíduo” (idem, p. 64).

No calvinismo, a supremacia da vontade, eixo maior da individualidade, encontra sua maior expressão na doutrina da predestinação. O cristão-indivíduo alcança sua salvação pela justificação da fé. Muito embora a predestinação possa parecer, à primeira vista, uma limitação do individualismo, percebe-se que ocorre justamente o contrário, pois

o *eleito* por Deus exerce sua vontade na ação e, submisso à vontade divina, contribui para a realização de seus desígnios.

Observa-se aí, novamente, outra ambivalência, tendo em vista que a exaltação do *eu* só pode ocorrer mediante uma subordinação ao seu Criador. Em suma, a independência do indivíduo é o resultado direto de seu dever ético tanto de preservar sua eleição quanto de mantê-la efetiva.

Percebe-se a enorme influência que esse *ethos calvinista* exercerá tanto sobre a Inglaterra quanto sobre a América Inglesa. É interessante notar que, por meio do calvinismo, surge um modelo ideal de homem, ao mesmo tempo religioso e trabalhador, que se beneficiará do sucesso econômico por meio da conquista de riquezas como um sinal inequívoco de sua predestinação à salvação. A obra de maior relevância de João Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, aponta, em diversos momentos, para a questão da prosperidade como uma benção de Deus aos seus filhos:

Agora pois que nos arma e nos equipa de Seu poder, adorna-nos de Sua beleza e magnificência, locupleta-nos de Suas riquezas, disto se nos provê ubérrima razão de gloriar-nos e até se subministra confiança para que pelejemos intrepidamente com o Diabo, o pecado e a morte (p. 264-265).

Weber, em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, afirma que a Reforma Religiosa legitimou o lucro como vontade divina e a obtenção da riqueza como fruto do trabalho. Sinaliza, ainda, para o fato de que o crente protestante deve auferir lucro em seu trabalho, pois, dessa forma, cumprirá o chamado de Deus. A riqueza é uma benção, devendo ser usada de forma responsável, e não para o deleite pessoal.

A opção por Thomas Hobbes e John Locke, que nasceram com uma geração de distância entre si, ocorreu em um momento crucial de reorganização da política interna inglesa, marcado pelas Revoluções Puritana e Gloriosa. Apesar de serem, em muitos aspectos, pensadores com propostas bem distintas, ambos, ao seu modo, contribuíram para a reflexão sobre o problema da liberdade e dos direitos individuais.

Hobbes nasceu na Inglaterra em 1588, ano da vitória inglesa sobre a Invencível Armada espanhola, e, já maduro, vivenciou os momentos difíceis e decisivos da Revolução Puritana. Sua preocupação era com o problema da reconstrução de uma ordem nacional que deveria ser legitimada, portanto seu interesse se concentrava na elaboração de axiomas científicos por meio dos quais fosse possível reconstituir uma unidade política. Acreditava que os homens formavam um conjunto heterogêneo de indivíduos que, em razão de sua natureza, não eram harmoniosos nem políticos. A falta de inclinações sociais fazia com que os homens, por meio de pactos políticos, construíssem artificialmente suas comunidades e o próprio Estado.

Interessante notar que, muito embora Hobbes não possa ser considerado um pensador liberal, sua concepção teórica inclina-se muito para o individualismo, uma vez que sua obra “teve uma influência marcante no desenvolvimento da discussão sobre as relações entre indivíduo e Estado em todo o período moderno” (Marcondes, 2007, p. 202).

Para o pensamento hobbesiano, o poder do Estado serve para garantir a ordem e a manutenção do pacto. Seu método aplicado no terreno político eliminava as grandes questões teológicas e morais, tão importantes na Espanha neotomista, que com-

prendiam a sociedade como um *corpo místico*, ao mesmo tempo em que apresentava uma apologia ao Estado secularizado. Pode-se dizer que a sua maior contribuição para o pensamento político inglês consiste na elaboração de uma arquitetura preliminar dos mais relevantes temas para os séculos seguintes: o método empírico, a racionalidade dessacralizada e utilitária e uma base atomista para a construção do corpo político (Dumont, 1985, p. 60-63).

Muitos têm considerado a influência do pensamento de Locke como decisiva e fundamental na formação do arcabouço das tradições políticas norte-americanas, notadamente na Declaração de Independência da antiga América Inglesa. Suas ideias, porém, foram colocadas à prova bem antes, no contexto da Revolução Gloriosa em 1688. É possível considerá-lo como arauto de uma ética política inglesa em processo de consolidação, que teve em Hobbes sua gênese formativa. Pode-se dizer que ambos contribuíram para a construção de “uma ética compartilhada pelas colônias transatlânticas” (idem, p. 64).

Embora a contribuição de Locke mais célebre tenha sido a desautorização da autocracia hobbesiana – nesse ponto os dois autores eram antagônicos – e ter colocado a burguesia em um lugar de destaque, seu maior legado foi a construção de um sistema de proposições, evidentes por si mesmas, de grande valor para as burguesias do mundo anglo-atlântico, sobretudo por seus acentos utilitários.

Dentre essas proposições, destacam-se: o otimismo em relação não somente à natureza humana como também ao convívio entre os indivíduos, a sociedade como resultado de uma reunião de indivíduos que visam garantir seus direitos naturais, a constituição de governos que se comprometam a garantir

tais direitos, o poder que é delegado a uma assembleia ou soberano, que deve exercê-lo em nome da união voluntária e consentida entre os indivíduos.

Não deixa de ser significativo o fato de ter sido aprovada a lei do *habeas corpus* durante as Revoluções Inglesas, que restringia a prisão arbitrária ao mesmo tempo em que evocava os princípios liberais somente consolidados após o término da Guerra Civil (Marcondes, 2007, p. 205).

Depositário dessa matriz cultural, o mundo anglo-americano, ao longo do processo histórico, constituiu-se por uma visível preeminência de certos ideais, tais como o liberalismo, o individualismo marcado pelas exigências de mercado, a democracia representativa, o racionalismo pragmático e o empirismo científico.

## **A matriz cultural na América Luso-Espanhola**

Em terras hispânicas, o que prevaleceu foi uma orientação cujas alternativas políticas eram direcionadas a partir de uma matriz de interesses teológicos, morais e filosóficos, restando pouco espaço não somente a um individualismo político como também a qualquer teoria contratualista.

Tal realidade deve-se à preeminência do *neotomismo* adotado pela Espanha no século XVI, cuja situação histórica foi marcada pela necessidade de conciliar a racionalidade de um Estado moderno de dimensões imperiais, unificado apesar das fragilidades endógenas relativas às diversidades étnica, cultural e religiosa, com as vicissitudes inerentes à missão hercúlea de incorporar povos não cristãos de suas possessões ultramarinas. Essa tarefa de dar coesão política a esse vasto império e, ao mesmo tempo,

garantir a manutenção de uma ordem ecumênica mundial coadunava-se com as premissas *neotomistas*, que apresentavam uma visão de mundo coerente e hierarquizada (idem, p. 53-59).

A escolha espanhola pelo *neotomismo* coincide com a ascensão do Rei Felipe II ao trono da Espanha, momento em que o Império Habsburgo estava em plena ascensão, necessitando, dessa forma, afirmar sua centralidade política. Não por acaso, em razão da urgência de se consolidar o Estado como um todo orgânico e voltado para o *bem comum*, a opção pelo escolasticismo era a mais plausível, uma vez que preconizava como verdadeira razão de Estado a submissão às leis divinas, estando à sua testa um príncipe cristão.

A Espanha manteve-se fiel ao princípio ético-religioso que vinculava o Estado à Igreja. Sua escolha pelo modelo *neotomista* era um sinal inequívoco da sua própria opção de modernidade, caracterizada pela especulação e pela controvérsia na filosofia moral e política. Os princípios organizadores que orientaram a formação do seu corpo político acabaram por forjar uma sociedade orgânica e hierarquizada.

A análise teórica das escolhas feitas pela Espanha e pela Inglaterra na passagem da Idade Média para a modernidade, cujos efeitos se reproduziram em grande medida no Novo Mundo, não deve se prestar à construção de uma dicotomia simplista, que possibilite avaliações maniqueístas. Ainda pensando na provocante metáfora do espelho proposta por Morse, a Ibero-América não seria a imagem invertida de sua irmã mais próspera e feliz; não seria a face negativa e sombria diante da suposta luminosidade racional e pragmática da sua congênera do Norte. Caso ainda seja assim percebida, talvez estivesse na hora de ajustar o foco que obscurece a visão, isto é, deixar

de buscar uma inútil comparação com a América Inglesa, o que a levaria a se comportar como mero reflexo negativo de um espelho que, necessariamente, a mantém dessa forma. Em outras palavras, a América Hispânica deve assumir a sua própria essência e compreender que

O liberalismo, a democracia representativa, o racionalismo, o empirismo científico, o pragmatismo, todos esses ideais alardeados pelos ricos irmãos do Norte não só são incompatíveis com a realidade mais profunda da América Ibérica, como também marcam a decadência e a falta de sentido da própria sociedade capitalista e burguesa que os criou. Se os latinos olhassem melhor, no entanto, talvez vissem que existe uma outra imagem do mundo próspero, a imagem daqueles que, como Morse, se desesperam e conseguem até zombar das aflições e mesquinhas de seus compatriotas, de sua obsessão com as coisas miúdas e materiais, e transcender sua falta de sentido histórico, seu desprezo pelas questões de espírito e sua aridez. Eles talvez se espantassem ao perceber que este outro próspero encontra sua redenção na contemplação do mundo latino, ou mais precisamente, na busca quase heroica de sua essência perdida (Schwartzman, 1989, p. 191).

Os recém-emancipados países da América Espanhola, com toda a carga cultural herdada da antiga metrópole ibérica, não cederiam espaço tão facilmente às ideias e princípios que frutificaram em terras anglo-americanas.

A ordem democrática, os mecanismos do liberalismo econômico e a sociedade resultante do pacto político entre indivíduos que se percebem como iguais jamais conseguiram ser incorporados como valores ou princípios éticos norteadores e constituintes das nações hispano-americanas.

Tal impossibilidade tem múltiplas explicações históricas. Há, indubitavelmente, a razão de ordem social, caracterizada pela heterogeneidade étnica das populações hispano-americanas; a razão econômica,

marcada pelo processo de colonização, assentada predominantemente na mão de obra compulsória indígena, cuja organização econômica foi engendrada para servir de suporte ao fortalecimento do Estado espanhol; e a razão cultural, que, segundo Morse, erigiu como obstáculo a tradição da “dialética entre o cálculo do poder e o bem comum” (Morse, 1988, p. 89), isto é, a dialética entre a ordem e os anseios da sociedade.

## Conclusão

É possível admitir que a arquitetura do poder imperial espanhol, caracterizada por uma sociedade rigidamente hierarquizada e ordenada, sob a égide do *neotomismo*, tenha deixado como legado às repúblicas hispano-americanas uma ordem política fundada na ética e na religião, que transcende as liberdades individuais tão caras aos povos anglo-americanos.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, o mundo ibero-americano foi, em grande medida, marcado pela crença profunda de que a realidade social, concebida a partir de uma visão mais unificadora do mundo, transcende as expectativas dos interesses individuais. Talvez venha daí a explicação, mais plausível, para a forte inclinação que a sociedade hispano-americana tem quanto à implantação de regimes autoritários de caráter personalista, tendo em vista a tradição cultural neotomista, que era, por excelência, organicista e hierarquizada.

## Referências

CALVINO, João. **As Institutas ou Tratado da Religião Cristã**. 4 vol. Trad. Waldyr C. Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MORSE, M. Richard. **O Espelho de Próspero**: Cultura e Ideias nas Américas. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. Resenha de Richard M. Morse. **O Espelho de Próspero**. Publicado em *Novos Estudos CEBRAP*, 22, outubro de 1988, p. 185-192, como “O Espelho de Morse”, e *Novos Estudos CEBRAP* vol 25, outubro de 1989, p. 191-203.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1805-1859). **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2005.